

IMPACTOS DO COMPLEXO TAPAJÓS PARA A POPULAÇÃO RIBEIRINHA E OS INDÍGENAS MUNDURUKU

Por Lanna Cristina, Liz Tamane e Luiza de Menezes.

***Os pontos para o StoryMaps estão destacados nessa cor, ao longo do texto, destinando cada trecho ao local ao qual diz respeito.**

Complexo Tapajós e a arquitetura da destruição

O Complexo Hidrelétrico Tapajós é um conjunto de cinco potenciais hidrelétricas a serem construídas, no Pará, na bacia do rio Tapajós: UHE São Luiz do Tapajós (3.369 MW), UHE Jatobá (2.338 MW), UHE Jamanxim (881 MW), UHE Cachoeira do Caí (802 MW) e UHE Cachoeira dos Patos (528 MW). E mais duas usinas determinadas pelo Projeto de Aceleração de Crescimento (PAC): UHE Jardim do Ouro e UHE Chacorão (3.336 MW). Com o conjunto das sete usinas totalizando aproximadamente 2600km².

Apesar de os governos serem favoráveis aos projetos desde o ano de 2012, até hoje eles permanecem arquivados, graças à resistência das populações tradicionais que habitam a área, que fazem desta luta uma causa que ultrapassa o âmbito ambiental, adentrando no campo social, sanitário e humanitário. Após todos os projetos terem sido arquivados por questões de impactos sociais, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) prorroga o prazo para a conclusão dos estudos de três das cinco usinas do complexo para o final deste ano de 2021.

Uma luta ambiental?

Essa batalha judicial, que é longa, começa antes mesmo de o Relatório de Impacto Ambiental/Estudo de Impacto Ambiental (Rima/EIA) ser finalizado ou entregue, tamanho o seu impacto. Ele que não envolve apenas questões ambientais - que por si só já valem muito -, mas sociais, sanitárias e humanitárias. Isso porque, segundo dados da Eletronorte, vivem no local 2,3 mil pessoas de 32 comunidades ribeirinhas específicas, 16 aldeias indígenas da etnia Munduruku e uma extensa e diversa população de animais. Das 1.837 espécies de aves encontradas no Brasil, por exemplo, 613 vêm do Tapajós.

No livro *Amazônia Pública*, Juan Doblas, geólogo e especialista em imagens de satélite, afirmou ter encontrado, certa vez, um filhotinho de macaco em meio à pista. Para sua surpresa, tratava-se de uma espécie em perigo de extinção, típica do Amazonas, então logo perguntou-se do porquê havia chegado ali. Concluiu que talvez tivesse se deslocado, forçadamente, e encontrado refúgio na floresta ainda intocada do Tapajós. A hipótese se confirma quando atentamos para a biologia, que explica que o rio é mesmo uma das razões para a concentração de tamanha biodiversidade, já que age como uma barreira contra a dispersão.

O mesmo pôde ser observado, durante toda a história e em diferentes lugares pelo mundo, com humanos. Na antiguidade, por exemplo, o Egito que ainda não era unificado, apresentando-se em Alto e Baixo Egito, vivia em função do rio Nilo, de onde sua população tirava todo seu sustento. Não é diferente hoje em muitos lugares e no próprio Tapajós, onde existem pessoas que dependem dessa fonte para sobreviver. São eles, os ribeirinhos, claro, mas também os indígenas. Indivíduos que ali sempre estiveram, vendo hoje, no entanto, seu lar de anos desfazer-se sem aviso, diálogo, explicação.

“Vamos ficar ilhados, sem a caça e sem a pesca”, declarou à Agência Pública o cacique da aldeia, senhor Juarez.

Em [matéria do Globo](#) veiculada muito recentemente em dezembro de 2020, dados de uma pesquisa realizada pela Fiocruz nas terras indígenas Sawré Muybu foram divulgados: dos 200 indígenas examinados, 200 apresentaram mercúrio nas amostras de cabelo. Nove em cada dez indígenas tinham altas taxas da substância. Todos eles, novamente, do povo Munduruku.

- **Os Munduruku estão situados em regiões e territórios diferentes nos estados do Pará (sudoeste, calha e afluentes do rio Tapajós, nos municípios de Santarém, Itaituba, Jacareacanga), Amazonas (leste, rio Canumã, município de Nova Olinda; e próximo a Transamazônica, município de Borba), Mato Grosso (Norte, região do rio dos Peixes, município de Juara). Habitam geralmente regiões de florestas, às margens de rios navegáveis, sendo que as aldeias tradicionais da região de origem ficam nos chamados “campos do Tapajós” , classificados entre as ocorrências de savana no interior da floresta amazônica.**

16% das crianças analisadas no Tapajós apresentaram problemas de coordenação motora e

fala. A intoxicação por mercúrio pode provocar problemas respiratórios, renais e principalmente ataques ao sistema nervoso. Como ela ocorre? Por meio do mais simples e necessário ato humano: alimentar-se.

“Essas pessoas, como você, que estão em Belém e vão ao mercado comprar peixe para assar, para fazer uma caldeirada do jeito que sua família gosta, podem estar sujeitas a estar consumindo um peixe contaminado. Porque o peixe vem do mesmo rio que está presente no território tradicional”, destacou Paulo Basta, pesquisador da Fiocruz, ainda na matéria citada acima.

Esse grande despejo de mercúrio nas águas do rio, proveniente das atividades realizadas pelos garimpeiros e outros enviados pelo governo, atinge, não só aos indígenas, mas a todos aqueles que consomem o peixe oriundo do local contaminado. Em novembro de 2014, a Anvisa interditou, por exemplo, lotes de cação das marcas Frescatto e Qualitá, amplamente reconhecidas no comércio pesqueiro que está, a todo tempo e cada vez mais, sujeito a isso. É o que tentam alertar a todo custo os Munduruku, sem, no entanto, serem de fato ouvidos.

“Nós queremos dialogar, mas vocês não estão deixando a gente falar. Por isso nós ocupamos o seu canteiro de obras. Vocês precisam parar tudo e simplesmente nos ouvir”. Trecho de carta enviada pelos Munduruku (presente no livro “A Amazônia Pública”) para explicar o protesto no canteiro de obras Belo Monte em maio de 2013.

Apesar de a consulta aos indígenas ser obrigatória desde a Constituição de 1988, só depois de muita briga, uma audiência pública foi de fato marcada, em 29 de setembro de 2013, para falar especificamente sobre a usina de São Manuel. Sua licitação estava atrasada por conta dos inúmeros protestos dos povos ali presentes. A audiência, no entanto, não oficial, pois não respeitava as regras estabelecidas pela Convenção 169 (tratado internacional em respeito às condições de vida e trabalhos dos povos indígenas). Em um português ainda mais claro, os relatos demonstraram mais uma manobra daqueles que precisavam apenas parecer se importar com aquelas vidas: o público havia sido informado, logo ao início da reunião, de que apenas questões escritas seriam permitidas. O problema? A maioria dos Munduruku e moradores pobres da região mal sabiam escrever seu nome.

Esse e muitos outros “jeitinhos brasileiros” foram implicados nessa situação. Esquecem-se, no entanto, que a história de seu povo tem sua origem atrelada a eles, os habitantes que fincaram e construíram, a tanto, raízes nessas regiões que os pertencem por direito. No papel,

ganharam a garantia do direito de perpetuar seu modo de vida, na prática, tudo sempre não tão bonito. Cachoeira Sete Quedas, mais um dos lugares sagrados, para além da terra, destruídos. Para os Munduruku, o lugar “em que os mortos vivem”, o portal que apenas líderes espirituais xamãs poderiam ver. Para os “homens”, às vezes apenas água e pedra. Distâncias culturais que dificultam o exercício da comunicação, onde uma linguagem, por vezes, escolhe sobre-exceder-se em cima de outras. Se dá conta, tarde demais, de que nessa disputa todos saem perdendo.

Juruti: um pacto possível?

- **Município no oeste do Pará, à margem direita do Rio Amazonas.**

Juruti era apenas um município simples situado no oeste do Pará, à margem direita do rio Amazonas, que servia de abrigo para milhares de habitantes e mais de quarenta comunidades ribeirinhas que viviam apenas da pesca, agricultura, cultivo, extrativismo etc. Em 2009, a Alcoa (Aluminium Company of America) iniciou a mineração de bauxita no município como forma de inovar o modo de minerar e trazer mais sustentabilidade. E, mesmo que a operação da Alcoa tenha sido diferente da experiência que a Mineração Rio do Norte (MRN) trouxe para o município vizinho, Oriximiná, com a extração de bauxita em 1980, e que [Alcoa] tenha sido contemplada com prêmios pelas ações tomadas para suavizar os impactos socioambientais, ainda assim, a mineradora gerou danos irreversíveis à cidade.

Em 2005, o grupo Alcoa conseguiu licença de instalação pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema) e desde então começou a pôr o projeto da mineradora em prática e a construção de toda a infraestrutura, custou o desmatamento de uma área de 800 hectares; sete milhões de toneladas de trilhos; 110 mil dormentes; 28 milhões de m³ de terra e 400 mil m³ de brita.

Além de problemas ambientais, a chegada da empresa causou um inchaço populacional e a cidade teve aumento de 39% em sua população, diferença de mais de 14.000 habitantes entre 2007 (33.775) e 2010 (47.086), segundo o IBGE. Esse crescimento disparou o índice de criminalidade e o aumento de gravidez na adolescência e casos de doenças sexualmente transmissíveis. A falta de infraestrutura para suportar a alta, foi apenas mais um dos problemas relatados pelas comunidades locais.

“A época da instalação do projeto foi um caos: trânsito, briga, bebedeira. Fora as criancinhas que nasceram e ficaram por aqui.”, afirmou Antônio João Silva,

secretário de governo da Prefeitura Municipal de Juruti.

A área de retirada da bauxita fica num planalto banhado pelo lago de Juruti Velho, e na beira do reservatório de água, habitam mais de 40 povoados de descendentes de nordestinos e indígenas Munduruku e Muirapinima. Gerdeonor Pereira, presidente da Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (Acorjuve), afirma que, quando a Alcoa chegou na região, a empresa visitou todas as 49 comunidades, distribuindo inúmeros presentes e dizendo que o progresso e desenvolvimento estavam chegando ao município.

E os conflitos começaram logo após o processo de licenciamento do empreendimento, quando no Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) não constava nada sobre as comunidades em Juruti Velho. “Simplesmente, 49 comunidades e 9 mil pessoas não existiam para a empresa. Fomos completamente ignorados.”, disse Gerdeonor, e o presidente da Alcoa, Franklin Feder, defendeu que foi uma decisão política da parte das comunidades de Juruti Velho que não quiseram ser incluídas no EIA/RIMA.

Principalmente por conta das falhas no Estudo de Impacto Ambiental, os Ministérios Públicos Estadual do Pará (MPE-PA) e o Federal (MPF) tinham ressalvas quanto ao projeto de bauxita, apontando superficialidade e falta de clareza na análise e medidas de compensação dos impactos regionais, e se uniram para mover uma ação civil para anular a licença de instalação, exigindo um plano mais completo de medidas de proteção ambiental, além da obrigatoriedade da promoção de diálogo e de compensações à população local afetada. Mas a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SECTAM) alegou não haver razão para o cancelamento, afirmando ter feito mais de 50 exigências de ajustes para manutenção da licença de instalação

Moradores de Juruti chegaram a fechar uma rodovia que dava acesso às obras da Alcoa, em protesto contra a empresa, mas, por não contarem com apoio do governo municipal, estadual ou federal, de nada adiantou. E então, uma sequência de negociações foi lançada pela Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (Acorjuve) para chegarem em um acordo que fosse bom para ambos, que também não resolveu muito, pois foi descoberto que a comunidade não tinha nenhum documento legal que comprovasse a propriedade sobre as terras.

“A empresa entrou na área pela fragilidade que havia lá. Ela pressupunha que

iria entrar numa terra que não tinha dono”, explicou o advogado da Acorjuve, Dilton Tapajós.

Essa questão é muito comum de acontecer em comunidades da região Amazônica desde sempre. E quando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) titulou o território das 49 comunidades e criou uma espécie de assentamento na área, o Projeto Agroextrativista (PAE) de Juruti Velho, as negociações começaram a andar.

Por lei, a empresa passou a ser obrigada a pagar aos habitantes 1,5% de tudo o que seria arrecadado com a extração de minério. Metade do dinheiro ficaria com a Acorjuve, para a realização de projetos coletivos, e a outra metade iria para as mais de 1.800 famílias filiadas à associação, a cada três meses. Outra negociação feita entre as partes, Alcoa e Acorjuve, foi a de realização de um Estudo de perdas e danos, para estabelecer um valor que ressarcisse os prejuízos causados em Juruti Velho pela mineradora. O documento calculou em R\$280 milhões o prejuízo gerado pelo período de 27 anos em que a Alcoa ficaria na área das comunidades de Juruti Velho, o que seria cerca de R\$10 milhões por ano.

Segundo o secretário-executivo da Ecooideia, a empresa queria pagar somente os prejuízos já feitos e não se comprometer a longo prazo, indo contra o Estudo que ela mesma contratou. “Você sabe qual seria o valor da indenização pelo Código de Mineração? Menos que o trabalho que nós pagamos. O estudo da Ecooideia vai sair mais caro do que a indenização”, indagou Feder.

As reclamações sobre os problemas trazidos pela instalação da mina continuaram também por parte dos comerciantes, que se queixaram que após os primeiros anos, o comércio local estagnou, que a Alcoa comprava tudo fora, até mercado dos funcionários era feito em outra cidade, em Santarém. Os taxistas locais, por sua vez, reclamaram que a empresa prometeu locar seus carros, mas passaram a ceder transporte próprio para seus funcionários. Além disso, a Acorjuve acusava a Alcoa de puxar uma grande quantidade de água do lago para fazer a lavagem da bauxita extraída da mina, o que baixava o nível da água e prejudicava a pesca.

O representante da mineradora, Tiniti Matsumoto Jr, afirmou que o volume de captação da água diminuiu desde o começo da operação. “[...] Nós temos um circuito fechado que

reutiliza a água da lavagem. O que nós captamos de água nova é uma quantidade muito pequena, 10% no máximo”, esclareceu. O secretário municipal de governo, Antônio João, diz que as informações fornecidas pela empresa sobre o consumo de água não são muito confiáveis, mas que não têm como contrapor.

Os impactos causados pela mineradora, não se limitaram apenas a Juruti Velho e chegaram até São Luiz (MA), onde estaria instalada a Alumar, indústria de alumina, controlada pelo consórcio do grupo Alcoa, BHP Billiton e Rio Tinto. Por conta disso, a prefeitura e Alcoa chegaram a um acordo e decidiram criar a “Agenda Positiva”, que seria uma proposta para minimizar os impactos e ações para aprimorar a infraestrutura de todo o município. “De fato, essa agenda trouxe obras importantes: havia, por exemplo, dois pontos de alagamentos terríveis na cidade que foram sanados”, afirmou Antônio João.

A exploração da bauxita em Juruti Velho, é prevista para durar 27 anos, mas, segundo representantes da Alcoa, pode ser estendida por um período de 70 anos com o projeto de construção de uma fábrica para refinar a bauxita, produzir alumina e dar origem ao alumínio. Mesmo que a jazida se esgote em Juruti, existe muito minério somente no estado do Pará.

Seguir o mesmo caminho da Belo Monte

- **A Usina Hidrelétrica de Belo Monte é uma usina hidrelétrica brasileira da bacia do Rio Xingu, próximo ao município de Altamira, no norte do estado do Pará.**

O Complexo Hidrelétrico Tapajós, poderá seguir o rastro deixado pela Usina Belo Monte, que barrou o rio Xingu, no Pará, e modificou todo o estilo de vida das pessoas que moravam ali, além da biodiversidade do local.

Se as obras forem retomadas, mais uma vez, megawatts serão valorizados em detrimento de vidas. Traçando uma cronologia histórica com as consequências de Belo Monte, é possível enxergar os governos tentando enriquecer às custas da Floresta Amazônia, e perceber as comunidades tradicionais sendo obrigadas a abandonar não apenas o local onde viveram todos os seus antepassados, mas o local que garante sua subsistência e suas tradições. Há diversos projetos que pretendem alterar a natureza da maior floresta do planeta e o dia a dia de quem vive próximo a ela. O Complexo Tapajós, se avançar, poderá ser mais uma tragédia socioambiental permanente à Amazônia e a tudo aquilo que a fez, em toda a sua história, ser o

que é: suas “gentes” (ainda que estranho, no plural, desse jeito mesmo).

FONTES

<https://terradedireitos.org.br/casos-emblematicos/complexo-hidreletrico-tapajos/14045>

<https://www.oeco.org.br/reportagens/26746-complexo-do-tapajos-arquitetura-da-destruicao/>

<http://www.ita.br/noticias24>

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2012/09/1160403-procuradoria-pede-suspensao-de-licenciamento-de-usina-no-tapajos.shtml>

<https://www.udop.com.br/noticia/2020/05/26/estudos-sobre-hidreletricas-no-tapajos-tem-prazo-prorrogado-ate-2021-pela-aneel.html>

https://mab.org.br/2013/05/06/sobre_o_projeto/

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,alcoa-investe-us-1-5-bilhao-no-meio-da-selva,401391>

<https://www.ufjf.br/poemas/files/2015/08/Wanderley-2009-Deslocamento-compulsorio-e-estrategias-empresariais-em-areas-de-mineracao-um-olhar-sobre-a-exploracao-de-bauxita-na-Amazonia.pdf>

<https://oglobo.globo.com/economia/defesa-do-consumidor/analise-da-puc-rio-revela-excesso-de-mercurio-em-peixe-14636715>

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/12/07/pesquisa-da-fiocruz-revela-contaminacao-por-mercurio-em-terra-indigena-do-para.ghtml>